



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
CURSO LÍNGUA PORTUGUESA

VIVIANE REGINA DOS SANTOS LOBATO PANTOJA

A inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares do Ensino Médio: um estudo de caso com docentes de Língua Portuguesa de Igarapé-Miri - Pa

Abaetetuba-PA
2025

VIVIANE REGINA DOS SANTOS LOBATO PANTOJA

A inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares dos Ensino médio: Um estudo de caso com docentes de Língua Portuguesa de Igarapé-Miri - Pa

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciência da Linguagem da Universidade Federal do Pará-UFPA, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Márcia Monteiro Carvalho

Abaetetuba-PA
2025

VIVIANE REGINA DOS SANTOS LOBATO PANTOJA

A inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares dos Ensino médio: Um estudo de caso com docentes de Língua Portuguesa de Igarapé-Miri - Pa

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciência da Linguagem da Universidade Federal do Pará-UFPA, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Márcia Monteiro Carvalho

Data de defesa: 24/11/2025

Conceito:EXCELENTE

Banca Examinadora:

Dra. Márcia Monteiro Carvalho
Orientadora- UFPA

Dra. Cleide Maria Velasco Magno
Membro Avaliadora- UFPA

Dra. Camille Cardoso Miranda
Membro Avaliadora- UFPA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

P198i Pantoja, Viviane Regina dos Santos Lobato.
A inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares do
Ensino médio: Um estudo de caso com docentes de Língua
Portuguesa de Igarapé-Miri-Pa / Viviane Regina dos Santos Lobato
Pantoja. — 2025.
vi, 19 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Márcia Monteiro Carvalho
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Língua Portuguesa,
Abaetetuba, 2025.

1. Educação Especial. 2. Inclusão escolar. 3. Ensino de
Língua Portuguesa. I. Título.

CDD 400

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos às pessoas que fizeram parte da minha trajetória acadêmica durante esses anos de estudo. Agradeço aos meus amigos da turma Letras 2019 e familiares por trocas de experiência e compartilhamento de aprendizagens.

À Deus, pela sabedoria e força para concluir essa etapa da minha jornada acadêmica

À Universidade Federal do Pará, pela oportunidade de uma formação de qualidade e incentivo ao meu crescimento profissional.

À minha orientadora, Profa. Dra. Márcia Monteiro Carvalho, pela paciência e ensinamentos valiosos que foram importantes para melhorar meu desempenho na realização deste trabalho.

Ao meu esposo, Raimundo Pantoja que me acompanhou durante essa caminhada, e minha cunhada, Ana Bárbara Pantoja, que me incentivou nos momentos difíceis com palavras de carinho nos momentos mais desafiadores.

Agradeço à instituição escolar Manoel Antônio de Castro pelo acolhimento e disponibilidade da gestão em participar desse momento importante da minha formação acadêmica, e aos docentes que colaboram com suas experiências e práticas pedagógicas enriquecedoras para o êxito desse trabalho.

Educar é acreditar que todos são capazes de aprender, cada um ao seu modo e no seu tempo.

(Carvalho, 2004)

A INCLUSÃO EM TURMA REGULAR DO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO COM DOCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA DE IGARAPÉ MIRI-PA

Viviane Regina dos Santos Lobato Pantoja¹
Márcia Monteiro Carvalho²

RESUMO

O presente artigo se propõe analisar as práticas pedagógicas e os desafios de docentes de ensino de Língua Portuguesa (LP) da sala regular para implementar a política de inclusão de alunos públicos alvo do AEE na Escola Estadual Manoel Antônio de Castro (MAC) na cidade de Igarapé-Miri-Pará. Para tal, traçamos como objetivos específicos: Identificar o público da Educação Especial da escola Escola Manoel Antônio de Castro-MAC; Conhecer as metodologias e recursos didáticos utilizados pelos professores para promover a inclusão de alunos com deficiência. Refletir sobre como as práticas docentes favorecem o ensino de pessoas com deficiência no Ensino Médio. Adotamos uma abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso como metodologia principal e como instrumento de coleta de dados uma entrevista estruturada com os professores de Língua Portuguesa da referida escola. Os resultados apontaram que apesar do apoio da gestão escolar os docentes ainda enfrentam muitos impasses referente ao ensino do componente curricular Língua Portuguesa, como na adaptação de textos e atividades, além de alunos com diferentes deficiências em uma mesma sala de aula. Além disso, a falta de formação na área da Educação Especial também se mostra desafiadora para os docentes de Língua Portuguesa que atuam na instituição pesquisada.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão escolar; Ensino de Língua Portuguesa.

¹ Discente do curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará-UFPA Campus Abaetetuba-PA-Brasil. E-mail: vivipantoja11@gmail.com

² Professora Adjunta do curso Letras Libras da Universidade Federal do Pará-UFPA. PA. Pós-doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG. Doutora em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Membro Permanente dos Programas: Pós-Graduação em Letras e Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PPGL-UFPA; PPGET-UFSC). E-mail: mmcarvalho@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Diante de vários avanços nas políticas educacionais brasileira para garantir a universalização da escolarização e proporcionar a todos os indivíduos as mesmas condições de acesso à educação, ainda apresenta desafios para tornar esses direitos uma realidade efetiva nas escolas. A escassez de investimento na formação continuada de professores e em recursos pedagógicos dificultam a qualidade da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE).

Nesse sentido, embora as diferenças humanas sejam ilimitadas, neste estudo iremos focar no público-alvo da Educação Especial no Ensino Médio, especialmente no ensino de Língua Portuguesa (LP), na cidade de Igarapé-Miri no nordeste paraense. A escolha pela última série do Ensino Médio, se deu por ser a última etapa da educação básica, e a mais complexa. Essa fase exige maior aprofundamento dos conteúdos, prepara os estudantes para o mercado de trabalho e antecede o ingresso para o ensino superior por meio do vestibular.

Segundo dados do Instituto Rodrigo Mendes (IRM), com apoio da Fundação Lemann, do *Instituto Natura* e da *Associação Bem Comum*, organizou o documento *Panorama da Educação Especial*³ (Mendes, 2024), com informações relevantes da década 2013-2023 sobre a Educação Especial no Brasil, apontando que houve um crescimento significativo de 99,5% nas matrículas de alunos com deficiência nas classes regulares do Ensino Médio, avanço importante para a garantia do direito de acesso à instituição escolar.

A ligação dos seres humanos com o meio social está interligada diretamente com a língua e a linguagem. É essencial para que possamos aprender sobre os hábitos, costumes e a história do mundo no qual estamos inseridos. Nesse sentido, não podemos vislumbrar o ensino de Língua Portuguesa como sendo somente relacionado a aprendizagem de regras gramaticais, pois limitar ao reconhecimento e aplicação destas normas significa reforçar uma abordagem da concepção tradicional de ensino, uma vez que é o item primordial para o convívio social de todos.

³ Documento disponível em: https://institutorodrigomendes.org.br/wp-content/uploads/2025/05/Panorama_Educacao_Especial_2025_01_20.pdf. Acesso em: 20/08/2025.

O estudante não é um depósito de conhecimentos e regras, mas um sujeito ativo na construção do conhecimento. No entanto, é fundamental a atenção à qualidade do ensino de Língua Portuguesa oferecido aos alunos. Segundo Leal (2020, p. 25):

[...] há inúmeros estudantes com deficiência matriculados no ensino regular, porém dentre as dificuldades que eles apresentam nas salas regulares, as principais são a aquisição da leitura e da escrita, o que influencia para evasão escolar.

Essa percepção reforça a importância de discutir a temática e valorizar a diversidade do aluno, considerando suas diferentes características e necessidades de aprendizagem para que seja possível que adquiram habilidades relacionadas ao desenvolvimento da leitura, escrita e interpretação de textos.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como o ensino público de uma escola regular está lidando com a política de inclusão de fato. A inclusão de alunos com deficiência no Ensino Médio regular é um dos grandes desafios da educação contemporânea, especialmente, onde as demandas pedagógicas se intensificam, na realidade das escolas públicas que apresentam dificuldades para a efetivação dessa inclusão. Apesar disso, é necessário garantir o direito fundamental à educação como consta na Constituição Federal de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, art. 205).

Nosso objetivo principal é investigar as práticas pedagógicas e os desafios de docentes de ensino de Língua Portuguesa (LP) da sala regular para implementar a política de inclusão na Escola Estadual Manoel Antônio de Castro (MAC) na cidade de Igarapé-Miri-Pará. Para tal, traçamos como seguintes objetivos específicos: Identificar o público da Educação Especial da escola Escola Manoel Antônio de Castro-MAC; Conhecer as metodologias e recursos didáticos utilizados pelos professores para promover a inclusão de alunos com deficiência e Refletir sobre como as práticas docentes favorecem o ensino de pessoas com deficiência no Ensino Médio.

A escolha do *locus* de pesquisa está relacionada ao acolhimento oferecido pela instituição escolar. O município de Igarapé-Miri, onde a pesquisa foi desenvolvida, possui apenas duas escolas de Ensino Médio. No entanto, apenas a escola Manoel Antônio de Castro demonstrou interesse em colaborar com a realização da investigação, disponibilizando informações e acesso aos docentes para o desenvolvimento da pesquisa.

A decisão de discutir a temática da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular deriva da percepção de que há poucos estudos voltados à atuação de professores de

Língua Portuguesa com esse público. Embora existam pesquisas sobre inclusão escolar em termos gerais, observa-se uma lacuna no que se refere às práticas pedagógicas específicas dessa área de conhecimento. A referida disciplina possui papel fundamental no desenvolvimento da comunicação, da leitura e da escrita, sendo necessário o desenvolvimento de estratégias direcionadas a esse público, no entanto muitos docentes apresentam dificuldades para adaptar suas metodologias de ensino às necessidades dos alunos com deficiência.

Nesse processo a carência de pesquisas contribui para as dificuldades sentidas pelos profissionais dessa área. Diante desse cenário, a presente pesquisa torna-se de fundamental importância para trazer reflexões sobre os desafios e possibilidades enfrentados pelos docentes na busca de compreender as metodologias utilizadas com discentes com deficiência no Ensino Médio.

Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam oferecer subsídios teóricos e práticos para professores, gestores e pesquisadores da área, promovendo reflexões sobre a inclusão escolar, incentivando a implementação de políticas, uma educação equitativa de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas condições.

2 Uma breve história da Educação Especial no Brasil e suas implicações

A Educação Especial é uma modalidade de ensino voltada para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Historicamente foi relegada ao esquecimento durante séculos no contexto europeu e também no Brasil. As pessoas com público alvo dessa modalidade de ensino eram relegadas ao abandono, isolamento social e aos manicômios.

No contexto brasileiro Silva (2010) aponta que o início da educação das crianças com deficiência no Brasil se deu no final do século XVIII e início do século XIX em instituições como: as Santas Casas de Misericórdia, instituições onde muitas crianças que apresentavam algum tipo de deficiência eram abandonadas por suas famílias.

A promulgação da lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN de nº 4.024/1961 pode ser considerada um marco inicial nas ações governamentais e em relação à Educação Especial. Essa legislação trouxe dois artigos falando explicitamente sobre esse público:

Art. 88. A educação de excepcionais deve no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos

tratamento especial mediante bolsas de estudo e subvenções (Brasil, 1961, art. 88 e 89).

Esse período também foi marcado pelo início do processo de normalização visando a integração desses estudantes na rede regular de ensino, o que gerou debates tanto favoráveis como contrários a essa proposta. De acordo com Silva (2010, p. 54) “o princípio da normalização está relacionado com a oferta de oportunidades, com as interações sociais e as experiências para adultos e crianças com deficiência”. Dessa maneira o princípio da normalização apontou para a necessidade de assegurar a oferta de serviços diversos para as pessoas com deficiência e oportunizar o acesso aos espaços nos quais frequentam outras pessoas da mesma faixa etária que não apresentam deficiência.

Assim, na década de 1970 no Brasil, segundo Silva (2010) as instituições escolares passaram a aceitar o ingresso de estudantes com deficiência nas turmas regulares ou classes especiais voltadas para esse público. No entanto, a inclusão das pessoas com deficiência nas redes escolares não se consolidou na época, isso se deve ao fato de que não era obrigatório que houvesse um atendimento especializado para esse público nas escolas do país.

Essa situação se modificou a partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988 que instituiu o Estado Democrático no país, bem como estabeleceu as bases da educação brasileira com o objetivo de “erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade do ensino, implementar a formação para o trabalho e formação humanística e científica” (Silva, 2010, p. 67). Dessa forma, iniciamos uma política de inclusão mais efetiva por meio do direito à educação para as pessoas com deficiência, “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, art. 208, inciso 3º).

Posteriormente a Educação Especial foi definida na LDBEN nº 9.394/1996, art. 58 como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. A referida lei aborda ainda diversos aspectos importantes acerca dos serviços de apoio especializado. Assim como as condições que precisam ser asseguradas para os alunos especiais no sistema de ensino, como currículos adaptados para cada deficiência, sistemas avaliativos diferenciados e professores especializados na área da educação especial para acompanhar esses educandos, dentre outros.

Também o princípio da Diferenciação e Acessibilidade Curricular (DAC) é de fundamental importância na garantia da equidade no processo de ensino e aprendizagem, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão- LBI de nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Alguns instrumentos normativos como Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCNs, 1990, 2000) orientam para o desenvolvimento de práticas que considerem os multiletramentos, ou seja, diferentes formas de linguagem, mídia e cultura. Assim como, a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) que enfatiza que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Nesse sentido, torna-se essencial a adoção de estratégias de ensino diferenciadas, fundamentadas na perspectiva da acessibilidade de modo a garantir a efetiva participação e aprendizagem dos estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva. Partindo da perspectiva acima consideramos que:

O termo inclusão significa que toda sociedade precisa repensar seus conceitos para reconhecer as potencialidades de cada indivíduo. A escola para ser inclusiva deve estabelecer um espaço democrático que promova a participação de todos respeitando suas peculiaridades (Garcia, Diniz, Martins, 2016, p.1000).

Os autores destacam que a inclusão não é papel exclusivo do professor no ensino regular, uma vez que os desafios enfrentados no cotidiano escolar devem ser responsabilidade de todos. É evidente que, embora muitos docentes demonstrem disposição em incluir, a falta de formação específica, recursos pedagógicos e apoio institucional compromete a efetividade das práticas inclusivas. Lima, Carvalho e Mendes (2025) defendem que a equipe docente necessita de formações adequadas para atuar com o público da educação especial e assim obter subsídios para fornecer uma educação equitativa no espaço escolar.

Nesse sentido, a inclusão vai além da simples presença do aluno na sala de aula comum, sendo necessário o desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas e colaborativas. As escolas precisam enxergar a inclusão pela ótica defendida por Mantoan (2003, p. 16):

Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais).

Assim, reforça-se a importância de políticas de formação continuada e de suporte multidisciplinar para que a inclusão se concretize de forma significativa, garantindo o direito à aprendizagem e à participação plena de todos os estudantes. Conforme Guadagnini (2018), a compreensão do professor sobre inclusão influencia significativamente em sua prática

pedagógica, refletindo diretamente na forma como planeja e conduz o ensino em sala de aula. No caso específico de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Médio.

As práticas pedagógicas inclusivas, nesse contexto, têm como objetivo proporcionar oportunidades diversificadas de aprendizagem, por meio de estratégias didático-metodológicas equitativas. Essas práticas visam reduzir as barreiras educacionais que se manifestam na escola regular e que afetam os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, psicológicas, sociais ou econômicas.

Portanto, nenhuma criança pode ser excluída do sistema educacional por causa de suas características ou condições de vida. Isso exige que as escolas se adaptem às necessidades de cada aluno, garantindo equidade, apoio adequado e respeito à diversidade. A educação deve ser inclusiva, ou seja, acessível e adaptada para todos. A seguir apresentamos a discussão acerca do ensino de Língua Portuguesa na perspectiva inclusiva.

3 O ensino de Língua Portuguesa e o público alvo do AEE

De acordo com Santos (2022), a BNCC (2018) é o documento que norteia a educação básica brasileira, e é fundamental para o ensino da Língua Portuguesa. Ela estabelece normas e diretrizes que visam desenvolver competências de leitura, escrita e oralidade dos alunos, além de promover a aplicação de habilidades essenciais para sucesso na vida acadêmica e profissional. Ao focar na competência leitura e escrita busca superar as práticas tradicionais de ensino, algumas centradas na memorização de regras gramaticais sem uma reflexão crítica acerca do uso e função nos textos.

Assim, o documento incentiva uma abordagem mais reflexiva e contextualizada, preparando os alunos para enfrentar desafios linguísticos e comunicativos de forma mais eficaz. No entanto, na prática, a padronização do currículo delimita quais competências e habilidades devem ser alcançadas, o que exclui de alguma forma os alunos com deficiência. Embora o texto menciona a valorização da diversidade, deixa uma lacuna no que se refere às discussões sobre a inclusão da pessoa com deficiência no espaço escolar.

Quando pensamos nas habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes que possuem alguma deficiência é necessário fazer recortes e escolhas de acordo com cada especificidade. De acordo com Lima, Carvalho e Mendes (2025, p. 153), “[...] a escola deve organizar o currículo, as disciplinas no ensino regular na perspectiva inclusiva”. Assim, o currículo deve assumir caráter dinâmico e flexível, de modo a contemplar a diversidade dos estudantes e favorecer a equidade no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, os PCNs orientam que o ensino de Língua Portuguesa deve ir além do ensino tradicional focado em regras gramaticais para uma aprendizagem centrada no uso da linguagem como prática social. Pois, o que ocorre na maioria das escolas é a não integração de saberes em redes de entendimento. O ensino de Língua Portuguesa no contexto atual enfrenta diversas dificuldades, dentre elas as apontadas por Assis (2023, *apud* Rodrigues, 2015, p. 29):

Apresenta-se na prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa, alunos com dificuldades de aprendizagem relacionadas ao desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita. Entre as dificuldades [...], destaca-se a construção de frases com segmentação adequada, transposição da fonética à grafia, adequações dos sinais de pontuação, acentuação gráfica, usos indevidos e indiscriminados de letras maiúsculas e minúsculas, ilegibilidade caligráfica e disposição desordenada dos parágrafos no texto.

O estudo de Sant'anna (2011) investiga como se dá o processo de ensino e aprendizagem de leitura e escrita em Língua Portuguesa por alunos com deficiência intelectual, em uma turma de Educação de Jovens e Adultos-EJA de uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE. Fundamentada na teoria sociocultural de Lev Vygotsky (1993) e em estudos sobre letramento (2007), a pesquisa destaca o papel da mediação e das práticas pedagógicas situadas como fundamentais para o desenvolvimento da linguagem.

Diante do exposto, podemos mensurar que as tecnologias de escrita, instrumentos das práticas sociais de leitura e de escrita, desempenham um papel de reorganização do ensino voltado para as pessoas com deficiência. Logo, é necessário mudanças no modo de planejar o ensinar adotando práticas metodológicas inclusiva com recursos que possam auxiliar a aprendizagem

[...] para a mudança da prática pedagógica, metodologias diferenciadas para o ensino de leitura e escrita se faz necessário com o uso de recursos pedagógicos acessíveis: materiais táteis, *audiobooks* e vídeos com janela de Libras, vídeos com legendas, etc. Além do mais, é indispensável o manuseio de estratégias específicas para o ensino de leitura e escrita de português para pessoas com deficiência (Lima; Carvalho; Mendes, 2025, p. 153-154).

As mudanças na postura docente, com formação continuada adequada e oportunidade de aprender a fazer um ensino voltado para a inclusão é possível que favoreça a desmistificação de que a deficiência impede a aprendizagem, para um olhar que aponte para a compreensão de que o uso de estratégias adequadas e valorização das experiências e saberes dos alunos, favorece a abordagem inclusiva proporcionando a valorização da diversidade promovendo a participação ativa de todos no processo educativo. A seguir apresentamos a metodologia de pesquisa, os resultados e as referências.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa escolheu como metodologia de pesquisa o estudo de caso, a qual visa investigar um fenômeno específico em seu contexto real, como uma pessoa, grupo ou instituição (Gil, 2002). Ela pode ser exploratória (para gerar hipóteses), descritiva (para descrever um fenômeno) ou explicativa (para entender as causas). Essa abordagem usa múltiplas fontes, como documentos, entrevistas e observações, para aprofundar o conhecimento sobre o caso.

A pesquisa apresentada é o estudo de caso que utiliza como instrumento de coleta de dados a consulta em documentos e entrevistas. De acordo com Laville e Dionne (1999, p. 155), “[...] a denominação refere-se evidentemente ao estudo de *um* caso, talvez o de uma pessoa, mas também o de um grupo, de uma comunidade, de um meio, ou então fará referência a um acontecimento especial, uma mudança política, um conflito”. Dessa forma, ao discutirmos o tema da Educação Especial no contexto específico de uma escola de um município paraense, bem como focando na disciplina de Língua Portuguesa e no trabalho dos docentes dessa área do conhecimento passa-se a realizar um estudo de caso.

A abordagem da pesquisa será de base qualitativa de acordo com Knechtel (2014). Neste caso, a utilização de entrevista como método principal para a coleta de dados será necessária para o desenvolvimento da investigação. A entrevista consiste em um processo organizado de questionamento, guiado por um roteiro que direciona o trabalho do pesquisador. As entrevistas podem ser definidas como estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas.

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Manoel Antônio de Castro (MAC). Localizada na Avenida Sesquicentenário, s/n, bairro: Cidade Nova Cep: 68.430-000, na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará. A escolha do local de pesquisa se deu em razão de sua relevância para o contexto de estudo, considerando o alto quantitativo de alunos atendidos no AEE pela instituição. Além disso, essa foi a instituição que demonstrou interesse e disponibilidade para colaborar com a pesquisa, enquanto outras escolas contatadas não se mostraram abertas à participação.

Para formalizar a solicitação de pesquisa, elaboramos uma carta de apresentação detalhando os objetivos do estudo, sua importância acadêmica e os procedimentos adotados. A carta foi entregue pessoalmente à direção da escola, possibilitando uma conversa direta para esclarecer dúvidas e alinhar expectativas. Esse contato prévio foi essencial para estabelecer uma relação de confiança com a instituição e garantir que a pesquisa ocorra de maneira ética e transparente. Veja a seguir a foto do *lócus* da pesquisa.

Imagem 1: Colégio MAC

Fonte: <https://www.facebook.com/colégio.mac/> (2025)

Veja o quadro abaixo com os dados da primeira etapa da pesquisa sobre o público alvo de atendimento.

Quadro 01- Público alvo da Educação Especial

Público atendido	Total de alunos
Autismo	07
Deficiências Múltiplas: (Intelectual, Down, Física, Auditiva)	18
Síndrome de <i>Down</i>	01
Baixa Visão	05
Deficiência Auditiva	02
Altas Habilidades/Superdotação	02
Total	35

Fonte: Secretaria da Escola MAC-AEE (2025)

A escola possui 35 alunos incluídos distribuídos nas modalidades de ensino regular nos turnos matutino, vespertino e noturno. Os quais são acompanhados pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola. Dos profissionais ao todo foram contactados 05 de Língua Portuguesa do colégio, mas somente 03 participantes deram aceite. Os participantes da entrevista não foram identificados, assegurando o sigilo e a ética na condução da pesquisa. Além disso, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE para responder de forma anônima e voluntária e garantir a segurança das informações.

A entrevista foi a segunda etapa da coleta de dados a ser realizada com três professores de Língua Portuguesa da escola MAC que trabalham em turmas regulares com alunos do público do AEE. Utilizamos a entrevista estruturada com um roteiro de 15 perguntas pré definidas. O procedimento utilizado foi um questionário elaborado no *Google Forms* e o *link* foi enviado aos professores via *WhatsApp*.

Para fins didáticos iremos apresentar no Quadro 02 as informações por perfil dos participantes, em seguida apresentaremos os dados das entrevistas.

Quadro 02- Perfil dos participantes

Participantes	Formação/ Pós-Grad.	Tempo docência	Formação Continuada	Público Alvo
PROFESSOR-1 2º ano	Língua Portuguesa: Uma abordagem Textual	Mais de 15 anos	Formação de curta duração oferecidos Pela Seduc	Faixa Etária de 15 A 16 Anos: autismo, deficiência motora, e múltiplas deficiências.
PROFESSOR-2 2º ano	Língua Portuguesa: Uma Abordagem Textual	29 anos	PCN em Ação, Mídias na Educação	Baixa visão, Autismo, com deficiência física, intelectual e outros.
PROFESSOR- 3 1º ano	Língua Portuguesa: Uma Abordagem Textual (Especialização)	23 anos	Área de linguagens	Autismo, surdez, deficiência visual, física, entre outras.

Fonte: Autoras (2025)

Conforme os dados apresentados no Quadro 02, verifica-se que todos os docentes de Língua Portuguesa entrevistados possuem mais de 15 anos de experiência na docência. Apesar disso, nenhum deles possui formação específica na área da Educação Especial, o que revela uma lacuna significativa na qualificação profissional para o atendimento adequado às necessidades educacionais de estudantes com deficiência nas salas regulares. Sabemos que para executar um trabalho pedagógico adequado “é fundamental, na formação inicial e, principalmente, na continuada, proporcionar aos professores das escolas regulares os conhecimentos básicos para uma prática inclusiva” (Rodrigues, 2006, p.174).

Percebe-se que os professores da escola pesquisada estão há mais de 15 anos de experiência na docência, contudo, não tiveram em na formação inicial cursos disciplinas voltadas à Educação Especial. Isso se deve ao fato de suas graduações serem anteriores à promulgação da LBI de 2015, que trata da inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento.

Dessa forma, muitos profissionais chegaram à sala de aula sem conhecimento aprofundado sobre as pessoas com deficiência, altas habilidades e superdotação, o que compromete o processo de inclusão escolar e aprendizado desses alunos. Vimos nos dados que estes profissionais precisam lidar com um público variado com: autismo, deficiência física, intelectual, surdez, deficiência visual, física, entre outras. A seguir apresentamos alguns resultados e discussões advindos das entrevistas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir apresentaremos a segunda parte da coleta de dados em que há as respostas dos participantes com relação ao **apoio pedagógico** oferecido aos docentes, os **desafios** enfrentados por eles e suas **práticas pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa**. Para fins pedagógicos será apresentado os tópicos da entrevista e recortes das respostas seguidas das discussões por seções para melhor compreensão. Além disso, iremos destacar em **negrito** nas respostas os pontos importantes para a discussão. Veja abaixo o Quadro 03 acerca do Apoio Pedagógico e Desafios e o Quadro 04 sobre as Práticas Pedagógicas para o ensino de Português.

5.1 As entrevistas e seus resultados

Quadro 03- Acerca do Apoio Pedagógico e Desafios-perguntas de 06 a 09.

Tópicos-Entrevista	PROFESSOR -1 2º ano	PROFESSOR-2 2º ano	PROFESSOR-3 1º ano
6- Presença de apoio pedagógico e humano	Cuidador, que também faz o papel de mediador [...]	Em algumas turmas sim; outras não. Cuidado	Contamos com (AEE) . No ano que trabalhei com Surdez, tivemos intérprete . [...] aluno autista tínhamos mediador .
7- Conceito de inclusão escolar e importância	Acesso de pessoas com alguma limitação a educação, garantindo aprendizado, socialização, respeito e valorização independente de suas diferenças e dificuldades.	É a política pedagógica que se propõe a incluir alunos PcD.	É garantir que todos os alunos com suas limitações ou diferenças, tenham acesso igualitário à educação, com suporte adequado às suas necessidades. Sua importância está em promover equidade, respeito à diversidade e preparar a sociedade para ser mais justa e inclusiva
8- Sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) e inclusão	Não disponho dessa informação.	Fazendo referência a essa política pedagógica como algo importante.	Proporcionar a todos os alunos acesso igualitário à educação, com suporte adequado às suas necessidades.
9- Desafio para elaborar aulas de português e metodologias adaptadas	A quantidade de alunos com deficiências diferentes na mesma turma, dificultando a elaboração de materiais didáticos. [...] o apoio da equipe do aee da escola para elaborar materiais adaptados a cada caso [...] com o apoio dos cuidadores na mediação durante as aulas e na resolução de atividades.	Ao meu ver, não estamos preparados para lidar com essa situação desafiadora. Isso dificulta o trabalho docente . Como tenho habilidades na arte de desenhar, procuro sempre ilustrar as atividades [...]	Os desafios são muitos, cada turma [...]. No entanto, procuramos sempre trabalhar em parceria com o AEE [...]

Fonte: Autoras (2025)

De acordo com o Quadro 03, percebe-se que todos os docentes compreendem a importância da inclusão escolar dos alunos com deficiências. No que se refere ao apoio pedagógico, a escola conta com o serviço do AEE que atua na elaboração de materiais adaptados nas diversas áreas do conhecimento, além deste serviço há o profissional cuidador e intérprete de Libras. No entanto, os professores relataram que ainda há muitos desafios que necessitam ser enfrentados, com ênfase na presença de estudantes com diferentes necessidades educacionais em uma mesma sala de aula, uma vez que nem todos são atendidos adequadamente.

No entanto, as respostas dos três participantes demonstram um certo desconhecimento ou pouco acesso ao Projeto Político Pedagógico da escola-PPP, com avaliações evasivas que indicam a ausência de uma abordagem clara da política inclusiva no documento institucional. Esta análise dialoga com as percepções de Mantoan (2003), ao destacar que a inclusão não se limita ao ingresso do aluno com deficiência na escola, mas implica a reorganização das práticas pedagógicas docentes para atender a singularidade de cada estudante com ou sem deficiência.

Quanto ao conceito de inclusão na análise percebe-se que o PROFESSOR-2 apresenta uma compreensão limitada do conceito de inclusão escolar, uma vez que revela uma proximidade com a visão de integração. Tal postura reforça o que Mantoan (2003), discute ao diferenciar inclusão e integração, ao destacar que a inclusão não se limita a matricular pessoas com deficiência na rede regular de ensino, e que esse estudante necessite “mudar” para se adaptar à escola quando, na realidade, trata-se da garantia de uma educação de qualidade e que sejam acolhidos pelo sistema escolar.

Com relação aos desafios, os participantes apresentaram suas principais dificuldades: a quantidade de alunos com diferentes deficiências na mesma turma, a elaboração de materiais didáticos, a necessidade de contar com o apoio da equipe do AEE para elaborar materiais adaptados e dos cuidadores na mediação durante as aulas e atividades. Além do mais, alguns não se sentem preparados para lidar com essa situação.

Por conseguinte, embora a escola tenha profissionais contratados, o número não é suficiente para atender a demanda existente e crescente. Observamos que a falta de formação na área da Educação Especial também se mostra desafiadora para os docentes de Língua Portuguesa que atuam nesta instituição de ensino. Contudo, apesar dos desafios percebeu-se, que os docentes se empenham em desenvolver um trabalho de qualidade na tentativa de promover a inclusão de seus alunos com deficiências. Todos já compreenderam que a inclusão não é de responsabilidade apenas do professor, mas de toda equipe escolar. Vejamos a seguir o que dizem os professores acerca de suas práticas pedagógicas com o ensino do português.

Quadro 04- Práticas Pedagógicas para o ensino de Português- perguntas de 10 a 15

Tópicos-Entrevista	PROFESSOR-1 2º ano	PROFESSOR-2 2º ano	PROFESSOR-3 1º ano
10- O ensino da leitura, interpretação de textos nas aulas de português com público do AEE	Com material adaptado a cada deficiência, porém essa é uma dificuldade muito grande e nem sempre é possível trabalhar de forma eficiente.	[...] usando ilustrações, trabalho pequenos textos com eles.	Depende da deficiência, mas sempre temos como referência que devemos adaptar para um aprendizado significativo para o aluno, que não existe manual [...] .
11- Interação entre alunos com/sem deficiência aprendizado português	Os alunos no geral já são bastante entrosados e a interação ocorre de forma natural , porém sempre estimulamos atividades em grupo [...].	Procuro sempre facilitar o entrosamento da turma com esses alunos , primando sempre pelo respeito e empatia por parte dos alunos ditos normais .	Há diversos diálogos desde a gestão, coordenação pedagógica, professores, família , o que favorece o bom relacionamento/interação [...].
12- Preparo para trabalhar com alunos com deficiência	Não muito. ainda se faz necessário um processo de formação mais aprofundado para que os professores possam atuar de forma mais satisfatória com os alunos com deficiência.	Não necessariamente, todavia, procuro, na medida do possível, buscar mecanismos que facilitem o trabalho docente com essa clientela .	Sim. a gestão tem um olhar muito cuidadoso com a inclusão.
13- Apoio da gestão escolar	Sim , dentro das limitações administrativas e pedagógicas a equipe gestora da escola sempre apoia e estimula as ações com os alunos	Sim. a gestão escolar tem procurado sempre favorecer um ambiente acolhedor.	Precisamos de rede de apoio humanos para atender uma demanda cada vez maior, formações continuadas.
14- Quanto a formação de professores de LP para público do AEE	Uma formação acadêmica mais aprofundada , sobretudo que aborde de forma mais ampla, estratégias de trabalho com os alunos com deficiência.	Sim. uma formação específica nessa área para os docentes.	Não, por essa razão temos uma rede de apoio que sempre procuramos dialogar para realizarmos uma prática de ensino significativa para esse público especial.
15-Sugestão para melhorar a inclusão nas aulas de LP	Formação que aborde de maneira mais ampla estratégias de abordagem do conteúdo e forma adaptada a cada deficiência . outra necessidade é dotar as escolas de equipamentos e materiais didáticos apropriados para se trabalhar com os alunos com deficiência	Materiais didáticos acessíveis a esse público, incluindo tecnológico, como softwares , por exemplo.	Além do professor de Língua Portuguesa em sala de aula, outro também de Língua Portuguesa no AEE para ter suporte maior, além de formação contínua.

Fonte: As autoras (2025)

A respeito do ensino da leitura e interpretação de textos nas aulas de português com o público do AEE todos os professores demonstraram preocupação em atender as especificidades dos alunos com deficiência, como a adaptação de materiais para o ensino nas aulas. Com relação a interação dos alunos nas aulas de português afirmaram que a socialização no ambiente escolar é fundamental na formação educacional do estudante com deficiência, porém esse processo

pode ser mais difícil em virtude de diversos fatores como timidez, falta de sociabilidade, resistência da turma, dificuldades de comunicação, dentre outros.

Dessa forma, o professor assume um papel relevante na interação entre os membros das turmas. As respostas dos professores não demonstram uma preocupação no que se refere a promover momentos de interação entre os alunos com deficiência e o restante da turma, por acreditarem que o processo deve ocorrer de forma “natural”. Além disso, realizam alguns trabalhos em grupo visando promover a sociabilidade, porém essas ações não garantem essa interação, sendo necessário que os profissionais da escola busquem criar momentos dinâmicos diversos que possam propiciar efetivamente a inclusão dos estudantes com deficiência nas vivências escolares. Entendem que é necessário fomentar a empatia por meio de diversos diálogos desde a gestão, coordenação pedagógica, professores, família para promover a inclusão dos alunos na escola.

Acerca de se sentirem preparados e formados para trabalhar com alunos com o público da Educação Especial, percebemos de acordo com as respostas dos entrevistados, que dois docentes afirmam não se considerarem preparados para atender as necessidades de alunos com deficiência. Um dos docentes compreende a importância de rede de apoio profissional especializado para atender essa demanda cada vez maior e de formações continuadas. Outro aspecto que chamou a atenção é o fato dos professores delegarem à gestão escolar o sucesso ou fracasso do trabalho com os alunos com deficiência.

O PROFESSOR-1 revela uma lacuna entre a intenção e a prática pedagógica ao afirmar que nem sempre é possível atuar de forma eficiente para atender a especificidade de cada aluno. Expõe que precisa de uma formação que aborde estratégias de como ensinar o conteúdo e de que forma adaptar para cada deficiência. Outra necessidade é prover as escolas com materiais didáticos apropriados para se trabalhar com os alunos com deficiência. As sugestões apontadas pelo docente revelam as lacunas que dificultam o processo inclusivo.

A proposta do PROFESSOR-3 sugere a necessidade de apoio especializado e interdisciplinar no processo, especialmente no trabalho com leitura e interpretação, o que exige conhecimentos linguísticos e pedagógicos adaptados às necessidades especiais, assim como apontam Lima, Carvalho e Mendes (2025).

Logo, os dados revelam nesta pesquisa, que os professores têm pouco conhecimento sobre o que seria inclusão, a escola precisa de mais suporte educacional para atender o público da Educação Especial e alguns profissionais demonstraram pouco interesse em adaptar materiais ou planejar aulas voltadas para estes alunos. Percebemos que ao longo houve um avanço significativo nas políticas de inclusão, que se refletem na forma como a escola atende

os estudantes com deficiência e com a preocupação dos professores e demais profissionais educacionais em oferecer estratégias e metodologias que possam atender minimamente às singularidades desses alunos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados desta pesquisa evidenciam que conseguimos alcançar nosso objetivo de investigar as práticas pedagógicas e os desafios de docentes de ensino de Língua Portuguesa (LP) da sala regular para implementar a política de inclusão na Escola Estadual Manoel Antônio de Castro (MAC) na cidade de Igarapé-Miri-Pará. Assim como conseguimos atender os objetivos específicos: identificar o público da Educação Especial da Escola Manoel Antônio de Castro-MAC; conhecer as metodologias e recursos didáticos utilizados pelos professores para promover a inclusão de alunos com deficiência e por fim refletir sobre como as práticas docentes favorecem o ensino de pessoas com deficiência no Ensino Médio.

Consideramos que o ensino da Língua Portuguesa tem papel essencial no processo da inclusão escolar principalmente quando direcionado a leitura, escrita e interpretação dos textos por alunos com deficiência. Para que a inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de Ensino Médio no colégio MAC possa se efetivar concretamente os professores devem assumir um papel de suma importância, uma vez que é o agente que convive efetivamente no âmbito da sala de aula, bem como é responsável direto no processo de ensino aprendizagem e receber apoio pedagógico e formação continuada.

Os resultados apontaram que os docentes do colégio recebem um apoio pedagógico da gestão escolar que colabora com o trabalho docente em favor da inclusão escolar, mas que ainda não é o suficiente para garantir o ensino e aprendizado dos alunos públicos alvo do AEE. Precisam de mais suporte material, logístico e humano para que possam criar estratégias pedagógicas que auxiliem na aprendizagem dos educandos com deficiência. Para isso, é essencial um trabalho colaborativo entre a gestão escolar, os professores para que haja todos os atores do processo. Conclui -se, portanto, que o ensino da Língua Portuguesa não deve ser apenas para cumprimento de um direito legal, mas como uma prática transformadora para garantir a autonomia e promover a inclusão dos alunos com deficiência.

Portanto, o processo de inclusão vai além das garantias de direito, pois é um processo que exige organização e planejamento da escola. Nesse sentido, a instituição de ensino deve incluir no calendário escolar formações continuadas e capacitações, como por exemplo no

planejamento ou na semana da jornada pedagógica formações voltadas para área da inclusão para cada disciplina.

Essa formação é fundamental para que os docentes desenvolvam praticas metodológicas inclusivas referente ao ensino da Língua Portuguesa. Além disso, é importante investir em materiais pedagógicos e tecnológicos e em elaborações de planos de aulas que contemplem as necessidades de cada estudante. Dessa forma, com tais mudanças será possível superar e garantir que esses estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e que desenvolvam suas habilidades de acordo com suas necessidades.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Laura Sousa. **Ensino de Língua Portuguesa e Inclusão escolar**: caracterização e análise de práticas escolares. 2023. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, Ministério da Justiça: CORDE, 1994. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2024.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-Documento-Final.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025

CARVALHO, Rosita Edler. **Inclusão**: O desafio das diferenças na Escola. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GUADAGNINI, Larissa. 105f. **Adaptações do currículo nas aulas de Língua Portuguesa para alunos com deficiência intelectual**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. 2018.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico prática dialogada. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999. Disponível em: <https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2016/08/laville-dionne-2008-problema-e-problemc3a1tica.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LEAL, Moyanne André de Amorim. 70f. **A inclusão e o ensino de Língua Portuguesa para alunos com deficiência intelectual leve no ensino fundamental II**. TCC (Graduação). Curso de Licenciatura em Letras Português, Instituto Federal do Espírito Santo, Venda Nova dos Imigrantes, 2020.

LIMA, Reinaldo Feio; CARVALHO, Márcia Monteiro; MENDES, Sandra Karina Barbosa. Os desafios na formação de professores na perspectiva da educação especial sob o olhar de docentes amazônidas. In. MANRIQUE, Ana Lúcia; VIANA, Elton de Andrade (Orgs). **Formação de professores com uma perspectiva inclusiva**. [livro eletrônico]. São Paulo: LF Editorial, 2025, p. 139-177.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Instituto Rodrigo. **Panorama da Educação Especial 2024**. 2024. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/panorama-educacao-especial-20240/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

OLIVEIRA, K. S. RODRIGUES, David (Org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 291–299, 2007. DOI: 10.5216/ia.v31i2.1261. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/1261>. Acesso em: 31 out. 2025.

SANTOS, Danieli Alves dos. 100f. **Práticas de leitura para o ensino de Língua Portuguesa para alunos de ensino fundamental com deficiência intelectual**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional). Curso de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação, Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus, 2022.

SANT'ANNA, I. M. de A. A língua portuguesa na educação especial: problematizando leitura, escrita e mediação. In: SANT'ANNA, I. M. de A. (Org.). **Séries em diálogo**: as licenciaturas e a educação especial - v. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 111-125.

SILVA, Aline Maíra da. **Educação especial e inclusão escolar**: história e fundamentos. Curitiba: Ibplex, 2010.

ANEXO

Entrevista Completa feita com os docentes	
1.	Qual sua formação inicial?
2.	Quanto tempo está atuando na docência?
3.	Tem Pós-Graduação? Se sim, qual?
4.	Já participou de algum curso de formação continuada? Se sim, qual?
5.	Qual é o público da Educação Especial que você atende?
6.	Há presença de algum apoio pedagógico e humano: cuidador, mediador, intérprete de Libras na sua turma? Se sim qual ou quais? Comente um pouco sobre o assunto.
7.	Na sua opinião o que é inclusão escolar e qual a sua importância?
8.	Como o Projeto Político Pedagógico da escola aborda a temática da inclusão?
9.	Qual o maior desafio que você enfrenta para elaborar aulas de português que incluam alunos com deficiência? Quais são suas metodologias de ensino?
10.	Como você trabalha a leitura e interpretação de textos com alunos com deficiência?
11.	Como você promove a interação entre alunos com deficiência e sem deficiência, estimulando o aprendizado do português?
12.	Você se sente preparado para trabalhar com alunos com deficiência? Caso não, explique seus desafios.
13.	Você recebe apoio da gestão escolar? Comente.
14.	Você tem formação na área da Educação inclusiva ou recebeu alguma capacitação para atender o público da Educação Especial?
15.	Existe algo que precisa melhorar na formação dos professores de Língua Portuguesa para trabalhar com o público da Educação Especial?